



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escala que forma e informa*

**Nº 824 – 09 de julho de 2025**

**Abrangência: 28/06/2025 a 04/07/2025**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 12.536	DOU; 30/06/2025	Regulamenta a Lei n. 15.142, de 3.6.2025, para dispor sobre reserva de vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos e em processos seletivos simplificados para contratação por tempo determinado, e sobre a classificação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas em caso de inclusão em múltiplas hipóteses de reserva de vagas.	<a href="#">Dec. 12.536</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.538	DOU; 01/07/2025	Institui o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.	<a href="#">Dec. 12.538</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 12.539	DOU; 01/07/2025	Regulamenta os art. 1º a art. 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos, para os produtos extrativos, e institui o Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo.	<a href="#">Dec. 12.539</a> (Site da Presidência da República)

<p><b>LEI Nº 14.515</b></p>	<p>DOU; 01/07/2025</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.515, de 29.12.2022, que dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003.</p>	<p><a href="#">Lei 14.515</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 14.770</b></p>	<p>DOU; 02/07/2025</p>	<p>Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse.</p>	<p><a href="#">Lei 14.770</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 14.874</b></p>	<p>DOU; 02/07/2025</p>	<p>Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos</p>	<p><a href="#">Lei 14.874</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 14.875</b></p>	<p>DOU; 02/07/2025</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 14.785, de 27.12.2023, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de seus produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</p>	<p><a href="#">Lei 14.875</a> (Site da Presidência da República)</p>

<b>LEI Nº 14.902</b>	DOU; 02/07/2025	Promulga parte vetada da Lei no 14.902, de 27.6.2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.	<a href="#">Lei 14.902</a> (Site da Presidência da República)
<b>LEI Nº 15.155</b>	DOU; 01/07/2025	Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia relativa às pessoas com deficiência.	<a href="#">Lei 15.155</a> (Site da Presidência da República)
<b>LEI Nº 15.156</b>	DOU; 02/07/2025	Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.	<a href="#">Lei 15.516</a> (Site da Presidência da República)
<b>LEI Nº 15.157</b>	DOU; 02/07/2025	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.	<a href="#">Lei 15.517</a> (Site da Presidência da República)
<b>LEI Nº 15.159</b>	DOU; 04/07/2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino.	<a href="#">Lei 15.159</a> (Site da Presidência da República)
<b>LEI Nº 15.160</b>	DOU; 04/07/2025	Modifica os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar circunstância atenuante e vedar a redução do prazo de prescrição para os crimes que envolvam violência sexual contra a mulher, quando o agente for, na data do fato, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos de idade.	<a href="#">Lei 15.160</a> (Site da Presidência da República)
<b>LEI Nº 15.163</b>	DOU; 04/07/2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica da pessoa idosa, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a fim de estabelecer penas para o crime de abandono de pessoa com deficiência que resulte em lesão corporal de natureza grave ou em morte, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a aplicação da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, em caso de apreensão indevida de criança ou de adolescente.	<a href="#">Lei 15.163</a> (Site da Presidência da República)

LEI COMPLEMENTAR Nº 214	DOU; 02/07/2025	Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.	<a href="#">Lei Complementar 214</a> (Site da Presidência da República)
----------------------------	--------------------	--	--

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 961	DOU; 30/06/2025	Estabelece diretrizes sobre uso de soluções de tecnologia da informação aplicadas às atividades de investigação criminal e inteligência de segurança pública.	<a href="#">Port. 961</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/POLÍCIA FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 310	DOU; 30/06/2025	Estabelece normas e procedimentos para concessão de porte de arma de fogo funcional condicionado às guardas municipais, mediante Termo de Adesão e Compromisso - TAD.	<a href="#">Instr. Normativa 310</a> (Site da Imprensa Nacional)
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 311	DOU; 30/06/2025	Disciplina as atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.	<a href="#">Instr. Normativa 311</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 624	DOU; 01/07//2025	Institui a Rede Nacional de Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos - Rede Ciber, como ação de integração institucional e define as regras para adesão de integrantes e parcerias.	<a href="#">Port. 624</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 456	DJE/STJ; 03/07/2025	Convoca, para auxílio aos Gabinetes da Terceira Seção, de forma remota, sem prejuízo da jurisdição de origem e em caráter excepcional, a Juíza de Direito Maria Isabel Fleck, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 456</a> (Site do STF)

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 199	DJE/CNJ; 03/07/2025	Dispõe sobre o Centro de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça.	<a href="#">Port. 199</a> (Site do CNJ)
PROVIMENTO Nº 199	DJE/CNJ; 02/07/2025	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e instituir a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento nº 140, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.	<a href="#">Prov. 199</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 200	DJE/CNJ; 30/06/2025	Acrescenta o § 6º ao art. 292 do Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para assegurar a liberdade de escolha do tabelião de notas na emissão de certificado digital notariado, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.	<a href="#">Prov. 200</a> (Site do CNJ)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 49.066	Minas Gerais 01/07/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	<a href="#">Dec. 49.066</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.067	Minas Gerais 03/07/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 49.067</a> (Site da ALMG)
DECRETO Nº 49.068	Minas Gerais 03/07/2025	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	<a href="#">Dec. 49.068</a> (Site da ALMG)

DECRETO Nº 49.070	Minas Gerais 03/07/2025	Altera o Decreto nº 47.442, de 4 de julho de 2018, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Estado e dá outras providências.	<a href="#">Dec. 49.070</a> (Site da ALMG)
-------------------	----------------------------	---	---

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.268	DJE; 30/06/2025	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Alfenas	<a href="#">Port. 7.268</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.269	DJE; 30/06/2025	Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Caeté.	<a href="#">Port. 7.269</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.270	DJE; 30/06/2025	Dispensa juiz leigo de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 7.270</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.271	DJE; 30/06/2025	Dispensa juiz leigo de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais	<a href="#">Port. 7.271</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.272	DJE; 01/07/2025	Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais	<a href="#">Port. 7.272</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.273	DJE; 02/07/2025	Constitui Grupo de Trabalho responsável por realizar estudo sobre a reincidência criminal de indivíduos que cumpriram pena, integral ou parcialmente, nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 7.273</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.274	DJE; 02/07/2025	Altera a Portaria da Presidência nº 6.856, de 16 de setembro de 2024, que "Designa os integrantes das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, em primeiro e em segundo grau de jurisdição".	<a href="#">Port. 7.274</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.681	DJE; 30/06/2025	Estabelece o cronograma de expansão do Sistema eproc para todas as comarcas do Estado de Minas Gerais nas unidades com competência cível lato sensu.	<a href="#">Port. Conj. 1.681</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.682	DJE; 04/07/2025	Autoriza o funcionamento e altera a composição da Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Contagem e Betim, criada e instalada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1.044, de 3 de setembro de 2020.	<a href="#">Port. Conj. 1.682</a> (Site do TJMG)

## ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO Nº 28	DJE; 30/06/2025	Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da lista geral de vacância no prazo determinado.	<a href="#">Aviso 28</a> (Site do TJMG)
AVISO Nº 29	DJE; 03/07/2025	Avisa sobre a necessidade de alimentação semestral de dados no sistema "Justiça Aberta".	<a href="#">Aviso 29</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.466 (EXTRATO)	DJE; 30/06/2025	Altera o art. 3º da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.461, de 17 de junho de 2025, que "Instaura Processo Administrativo Disciplinar e designa Comissão Processante".	<a href="#">Port. 8.462</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.467	DJE; 30/06/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Campo Belo.	<a href="#">Port. 8.467</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.468	DJE; 30/06/2025	Altera o art. 3º da Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.463, de 24 de junho de 2025, que "Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nas 2ª e 3ª Varas Criminais da Comarca de Divinópolis, para fiscalização dos serviços do foro judicial".	<a href="#">Port. 8.468</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.469	DJE; 30/06/2025	Designa juiz de paz "ad hoc" para o Tabelionato de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais de Venda Nova da Comarca de Belo Horizonte.	<a href="#">Port. 8.469</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.470	DJE; 01/07/2025	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 4ª Vara Cível e na Vara Criminal da Comarca de Muriaé, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 8.470</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.471	DJE; 01/07/2025	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 3ª Vara Cível da Comarca de Araxá, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 8.471</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.474	DJE; 04/07/2025	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Nova Lima.	<a href="#">Port. 8.474</a> (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 151	DJE; 04/07/2025	Altera o Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais".	<a href="#">Prov. Conj. 151</a> (Site do TJMG)

**ATOS NORMATIVOS DA ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

AVISO Nº 1	DJE; 01/07/2025	Avisa as partes interessadas sobre início da migração dos precatórios eletrônicos atualmente em tramitação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para Sistema de Processo Judicial Eletrônico - eproc no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Aviso 1</a> (Site do TJMG)
------------	--------------------	--	---

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*  
Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*